

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A CRIANÇA: UM RELATO DE MÃES

Ana Carolina Villas Boas^{1 2}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2555-2245>

Maria Auxiliadora Dessen¹, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5800-2442>

RESUMO. A transgeracionalidade da violência representa importante campo de pesquisa para a compreensão e a prevenção da violência física contra a criança, pois constitui importante fator para a manutenção de padrões de abuso na família. Porém, os mecanismos responsáveis por essa transmissão ainda não estão plenamente esclarecidos. Este estudo teve como objetivo investigar a experiência e a percepção de mães com e sem histórico de violência física contra seus filhos quanto às práticas de seus cuidadores na família de origem e suas práticas na família atual. Participaram da pesquisa 12 mães com filhos entre 7 e 12 anos, subdivididas em três grupos, conforme o histórico de violência física, que responderam a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada. As participantes dos três grupos apontaram mais diferenças do que semelhanças entre sua família de origem e a atual, sobretudo porque não querem para os filhos o mesmo sofrimento que viveram. Os resultados indicam, também, que a presença de uma figura de apoio e a percepção negativa quanto às próprias experiências da infância podem contribuir para a mudança de práticas adotadas com seus filhos. Por outro lado, as mães que percebem a experiência de violência física como menos grave podem ter mais chances de reproduzir essas práticas. As implicações para programas de intervenção direcionados a famílias com histórico de violência física contra os filhos são discutidas e ressalta-se a necessidade de estimular pesquisas que investiguem os fatores e os mecanismos relacionados ao gênero, visando a melhor compreensão deste fenômeno.

Palavras-chave: Violência na família; transmissão entre gerações; abuso de criança.

INTERGENERATIONAL TRANSMISSION OF PHYSICAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN: MOTHERS' REPORT

ABSTRACT. The transgenerational transmission of violence represents an important field of research for the understanding and prevention of physical violence against children, since it is an important factor for the maintenance of abusive patterns in the family. However, the mechanisms responsible for this transmission are not yet fully understood. This study aimed to investigate the experience and the perception of mothers with and without a history of physical abuse against children regarding the practices of their caregivers in the family of origin and their practices in their own family. Participants were 12 mothers with children aged between 7 and 12 years, divided in

¹ Universidade de Brasília, câmpus Darcy Ribeiro, Brasília-DF, Brasil.

² E-mail: villares_ana@yahoo.com.br



three groups, considering their history of physical abuse, who answered a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview. The participants of the three groups pointed out more differences than similarities between their family of origin and the current one, especially because they do not want the same suffering for their children. The results also indicated that receiving support during childhood and a negative perception about their own childhood experiences can contribute to change the parental practices. On the other hand, mothers who perceive the experience of physical violence as less serious may be more likely to reproduce such practices. We discuss the implications for intervention programs to families with a history of physical abuse against children and we also emphasize the need to stimulate research that investigates the factors and mechanisms related to the gender, in order to better understand this phenomenon.

Keywords: Family violence; transmission between generations; child abuse.

TRANSMISIÓN INTERGENERACIONAL DE LA VIOLENCIA FÍSICA CONTRA LOS NIÑOS: EL RELATO DE MADRES

RESUMEN. La transmisión inter generacional de la violencia representa un importante campo de investigación para la comprensión y la prevención de la violencia física contra el niño, pues constituye un factor importante para el mantenimiento de patrones de abuso en la familia. Sin embargo, los mecanismos responsables de esta transmisión aún no se entienden completamente. En este estudio se tuvo como objetivo investigar la experiencia y la percepción de madres con y sin antecedentes de violencia física contra sus hijos en cuanto a las prácticas de sus cuidadores en la familia de origen y sus prácticas en la familia actual. Las participantes fueron 12 madres con niños entre 7 y 12 años, divididos en tres grupos, de acuerdo a la historia de la violencia física, quienes respondieron un cuestionario sociodemográfico y una entrevista semiestructurada. Las participantes de los tres grupos apuntaron más diferencias que semejanzas entre su familia de origen y la actual, sobre todo porque no quieren para los hijos el mismo sufrimiento que vivieron. Los resultados indican, también, que la presencia de una figura de apoyo y la percepción negativa de las experiencias en la infancia pueden contribuir para el cambio de las prácticas adoptadas con sus hijos. Por otro lado, las madres que perciben la experiencia de violencia física como menos grave pueden tener más posibilidades de reproducir esas prácticas. El estudio discute las implicaciones para los programas de intervención dirigidos a las familias con una historia de violencia contra los niños y resalta la necesidad de estimular investigaciones sobre los factores y los mecanismos relacionados con el género, buscando una mejor comprensión de este fenómeno.

Palabras clave: Violencia doméstica; transmisión entre las generaciones; abuso de niños.

Introdução

Estudos sobre experiências na família de origem indicam que um histórico de punição física e de vitimização na infância, além de contribuir para maior aceitação da punição (Clément & Chamberland, 2009), aumenta as chances de o indivíduo se tornar um perpetrador, colaborando para a manutenção dessa prática (Bérgamo & Bazon, 2011; Dottan & Harel, 2014; Milner et al., 2010; Romero-Martínez, Figueiredo, & Moya-Albiol,

2014). Porém, o risco de uma vítima de violência na infância agir da mesma forma com seus próprios filhos varia bastante (Dottan & Harel, 2014), e um dos desafios dos pesquisadores é compreender os mecanismos que ajudam a explicar a continuidade e a ruptura do ciclo de violência ao longo das gerações (Berlin, Appleyard, & Dodge, 2011).

Muito do que os pais fazem em relação aos filhos provém dos modelos que tiveram durante sua infância e adolescência, como evidenciam estudos empíricos (Marin et al., 2013; Milner et al., 2010). Em uma pesquisa realizada com 5.394 militares e 716 estudantes de graduação, Milner et al. (2010) verificaram que a chance de um adulto cometer um ato de violência física contra uma criança foi três vezes maior para aqueles que vivenciaram a violência na infância. Outro aspecto verificado foi que a magnitude da relação entre a história de violência e o risco para a vida adulta foi similar, independente de gênero, etnia, idade ou situação conjugal dos participantes.

Porém, embora a experiência prévia seja um aspecto importante, nem todos os pais vítimas de violência física cometem o mesmo tipo de violência contra seus filhos. Um histórico de maus-tratos na infância contribui apenas em parte para a ocorrência da violência na família constituída posteriormente. A relação entre a experiência na infância e o risco de violência está associada a diversos fatores intervenientes, dentre os quais o apoio social (Berlin et al., 2011; Crouch et al., 2012; Thornberry et al., 2013), a qualidade da relação parental na família de origem (Bérgamo & Bazon, 2011), sintomas de trauma desenvolvidos em decorrência do abuso (Milner et al., 2010), o grau de severidade da violência sofrida, conforme a percepção do indivíduo (Gagné, Tourigny, Joly, & Pouliot-Lapointe, 2007) e conhecimentos sobre prejuízos da violência e atribuições de culpa à criança (Clément & Chamberland, 2009). Esses fatores interagem com outras variáveis (por exemplo, características do indivíduo e período em que ocorreu o abuso, como destacam Romero-Martínez et al., 2014), e podem atuar como fatores de risco ou proteção para a violência, contribuindo ou não para a reprodução das práticas vivenciadas.

Quanto aos mecanismos de transmissão, Capaldi, Pears, Patterson e Owen (2003) sugerem que as práticas da primeira geração de genitores podem influenciar as práticas da segunda geração, pois os filhos aprendem as estratégias na sua família de origem. Nesse contexto, a mediação exercida pela capacidade do indivíduo de controlar sua atenção passa a ser uma variável importante para interromper o ciclo de violência posteriormente, tendo a experiência de cuidado na infância papel preponderante no desenvolvimento da autorregulação (Margolin, Ramos, Timmons, Miller, & Han, 2016).

Fuchs, Mohler, Resch e Kaess (2015) sinalizam, ainda, que mães com histórico de abuso também podem demonstrar menor envolvimento e responsividade diante dos filhos nos primeiros anos de vida, indicando que a experiência não representa necessariamente a reprodução de práticas, mas pode dificultar a interação em outros contextos positivos. Essa perspectiva é corroborada pelo estudo de Young e Widom (2014), que sugere mais dificuldades desse grupo em reconhecer emoções positivas, e pela pesquisa de Gold et al., (2014), que relata mais dificuldades no processamento das emoções.

Entre os fatores de proteção, destaca-se o apoio social, que parece exercer o papel crucial. A presença de um parceiro atencioso e que ofereça apoio, por exemplo, pode reduzir as chances de aquele que foi vítima de violência na infância tratar os filhos da mesma maneira (Conger, Schofield, Neppl, & Merrick, 2013; Jaffee et al., 2013). O apoio parece ser significativo quando se considera o suporte recebido tanto na vida adulta como à época do abuso. Quando a vítima de violência na infância percebe que não possui apoio, isso pode dificultar a identificação de fontes de apoio no futuro (Crouch et al., 2012).

No que tange ao papel das crenças como resultado de uma história de vitimização, pesquisas sobre transgeracionalidade (Clément & Chamberland, 2009; Gagné et al., 2007; Rodriguez & Price, 2004) sugerem que pessoas que mais sofreram punição também são as que mais aceitam essa forma de disciplina, o que, por sua vez, eleva as chances de adotarem a prática. No entanto, a exposição a modelos de violência nem sempre leva a maior aceitação da punição física. De acordo com Gagné et al. (2007), adultos expostos à violência mais severa tendem a ser menos favoráveis ao uso da punição física como forma de disciplina. Eles observaram que, embora pessoas expostas à disciplina física sejam mais favoráveis à prática do que aquelas que não tiveram essa experiência, quanto mais os participantes se sentiram ameaçados ou humilhados na infância, menor a sua concordância com o uso da força.

Os estudos nessa área, porém, ainda são controversos. Rodriguez e Price (2004), por exemplo, verificaram que estudantes que tiveram experiências mais severas e abusivas na família também eram mais favoráveis ao uso de disciplina severa com os filhos. Mais recentemente, no Brasil, Bérghamo e Bazon (2011) constataram que pais com histórico de violência contra os filhos também percebiam seus castigos na infância como mais severos do que pais de um grupo controle. É possível que a variabilidade nas pesquisas seja decorrente de diferenças nas amostras, haja vista que alguns entrevistaram pais denunciados (Bérghamo & Bazon, 2011), outros investigaram a percepção de estudantes (Rodriguez & Price, 2004) e, ainda, outros envolveram adultos da população em geral (Gagné et al., 2007).

A despeito do fato de que nem todos os pais vítimas de violência na infância se tornam pais que cometem violência contra seus filhos, os fatores que contribuem para a perpetuação ou para a ruptura de padrões de violência na família ainda não estão plenamente esclarecidos. A transgeracionalidade, nesse caso, pode representar um risco para o desenvolvimento familiar, mas, como tal, não consiste em causa para a manutenção da violência na família.

Nesse sentido, este estudo teve por objetivo explorar a continuidade e a ruptura da violência física contra a criança na família, analisando a experiência, na família de origem, de mães com e sem histórico de violência física contra seus filhos, a sua percepção quanto às práticas de seus cuidadores e possíveis implicações para as próprias práticas adotadas com seus filhos, na família atual.

Método

Participantes

Esta pesquisa foi conduzida com uma amostra de conveniência formada por 12 mães com características sociodemográficas similares, sendo quatro com histórico de violência física contra os seus filhos e oito sem histórico de violência. As mães foram subdivididas em três grupos (GA, GB1 e GB2). O GA foi formado por quatro mães que possuíam histórico de violência contra os filhos e que haviam vivenciado a violência física na família de origem. O GB1 e o GB2 foram compostos por mães que não possuíam histórico conhecido de violência contra seus filhos, embora tenham relatado, no decorrer da entrevista de coleta de dados, que recorreram, algumas vezes, à 'punição física leve': no GB1, as mães ($n=4$) haviam vivenciado a violência física de maneira frequente na infância e, no GB2, as mães ($n=4$) não relataram esse tipo de experiência na sua infância ou informaram que punições dessa natureza ocorreram com baixa frequência.

As mães tinham, em média, 34,4 anos e escolarização entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Seis mães não trabalhavam e as outras seis atuavam como diarista ou como catadoras de materiais recicláveis. A renda familiar média era de aproximadamente 1,5 salário mínimo vigente à época e sete mães eram beneficiárias de programa de assistência governamental, principalmente o Bolsa Família ($n=6$). Sete mães viviam com o pai ou o padrasto da criança e as demais criavam os filhos sem a presença do cônjuge.

A média de filhos era de 3,6, e a idade média das crianças-alvo consideradas na pesquisa era de 9,3 anos, com idade variando entre 7 e 12 anos. A maioria era do sexo masculino ($n=9$), e apenas mães do GB1 tinham meninas como criança-alvo. A maioria das mães ($n=10$) relatou que os filhos não haviam sido crianças desejadas.

Instrumentos

Questionário de caracterização do sistema familiar (Dessen, 2009). Este instrumento contém informações sobre características sociodemográficas e funcionamento do sistema familiar e foi adaptado considerando os objetivos deste estudo. Está dividido em cinco partes: (a) identificação e configuração familiar; (b) dados sociodemográficos; (c) aspectos da rotina familiar e da rede social de apoio; (d) saúde da família; e (e) histórico familiar de denúncia a órgãos de proteção dos direitos da criança.

'Roteiro de entrevista semiestruturada sobre a educação na família de origem'. Elaborado pelas autoras, contém nove questões, das quais seis foram utilizadas para este estudo: (a) a educação na família de origem, (b) avaliação sobre como foi educada, (c) se apanhou dos pais/responsáveis e o que eles faziam, (d) se o modo como educa o filho hoje lembra a forma como foi educada e porquê, (e) se faz algo diferente dos pais/responsáveis na educação dos seus filhos e porquê. As demais questões referiam-se à avaliação quanto à educação dada aos filhos e ao comportamento das crianças.

Procedimento

Coleta de dados

A seleção das participantes do GA foi realizada em três unidades vinculadas à Assistência Social do Distrito Federal. Foram selecionadas famílias encaminhadas pelo Conselho Tutelar que tinham pelo menos um filho com idade entre 7 e 12 anos e que não eram suspeitas de violência sexual. O GB1 e o GB2 foram selecionados em uma organização da sociedade civil, localizada na mesma região do GA, que presta assistência social a crianças e adolescentes carentes. Para composição dos grupos, a experiência nas famílias de origem e na atual foi avaliada com base nas respostas das mães aos itens da subescala de maus-tratos físicos da Escala de Táticas de Conflito Pais-Filhos – CTSPC (Parent-Child Conflict Tactics Scale) (Straus, Hamby, Finkelhor, Moore, & Runyan, 1998), adaptada por Reichenheim e Moraes (2003). As mães foram entrevistadas em local reservado nas instituições.

Análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e as questões relacionadas aos objetivos deste trabalho foram submetidas à análise qualitativa. Após a categorização inicial, temas

e categorias foram submetidos a um reagrupamento, gerando um sistema integrado de categorias síntese, composto de três subsistemas: (a) a educação na família de origem, (b) a educação na família atual, e (c) semelhanças e diferenças entre a educação na família de origem e na atual. Os sistemas elaborados foram revisados com base nos critérios de pertinência, homogeneidade e exaustividade. Cada sistema foi, então, submetido à avaliação de um juiz, que verificou a clareza e a pertinência dos conteúdos. Para identificar as participantes, foram utilizadas as siglas GA, GB1 e GB2 para fazer referência ao grupo, e a letra M para identificar as mães. Por exemplo, a sigla GAM4 indica a mãe nº 4 do GA.

Considerações éticas

O estudo foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (projeto nº 09-10/2011) e as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Educação na família de origem

Nos três grupos, a infância na família de origem foi marcada por (a) dificuldades nas condições socioeconômicas; (b) contexto familiar predominantemente negativo; (c) uma educação considerada rígida; e (d) contatos sociais bastante restritos, por imposição, sobretudo, das mães. As participantes também relataram que não havia diálogo na relação com os pais/responsáveis e, no GA e no GB1, também foi feita referência à falta de apoio e de atenção por parte da figura materna: *“No caso, ela [responsável] não tinha assim [...] o carinho que eu tenho hoje de tá procurando, se meu filho tá triste, se ele tá alegre”* (GB1M5).

Por outro lado, participantes do GB1 e do GB2 relataram que podiam contar com o apoio do grupo familiar como um todo (GB1: $n=1$, GB2: $n=1$) ou do pai e de irmãos (GB1: $n=2$, GB2: $n=1$): *“Mas assim, o que eu pude, assim, receber deles todos foi boa ação [...] E eu fui muito bem amparada, né? E eu até agradeço”* (GB2M10). O suporte do pai ou de irmãos foi citado como tentativa de proteger a participante em situações que envolviam agressões da mãe: *“Ele me protegia dela, dos momentos de ira, de bebida [...]. Então, nele eu sentia apoio. [...] a gente era mais amigo, né?”* (GB1M5).

Ao falarem a respeito das práticas adotadas por seus pais ou responsáveis, as participantes descreveram situações que envolviam punição corporal e maus-tratos, agressão psicológica e disciplina não violenta. Sobre punição corporal e maus-tratos, todas as mães dos três grupos relataram que os pais batiam, embora, conforme mencionado anteriormente, para as mães do GB2, tal punição era menos frequente: *“Apanhei pouco, graças a Deus. [...] Minha mãe nunca foi assim de bater muito na gente”* (GB2M9). Punições severas foram mencionadas por mães do GA (ex.: *“Ela [avó] batia bastante mesmo, batia sem dó”* [GAM1]), e situações consideradas maus-tratos com ferimentos foram relatadas principalmente por participantes do GB1 (ex.: *“Minha mãe até já destroncou o meu braço me batendo, já pisou na minha cabeça”* [GB1M7]). Citaram, ainda, que elas mandavam ajoelhar no milho (GA: $n=1$, GB1: $n=1$) ou arremessavam objetos (GB1: $n=1$).

Para participantes do GB1 ($n=1$) e do GB2 ($n=2$), suas genitoras mostravam arrependimento após bater nas filhas: *“Aí depois a gente via que ela ficava arrependida, mas ela não adulava também pra gente não ficar achando que ‘tava podendo’”* (GB2M9). Ou pareciam tentar compensar: *“Ela ficou com tanta pena de me ver machucada [...], acho*

que a dor dela tava muito maior que a minha. [...] acho que ela não queria mostrar muita pena, mas ela me tratou muito melhor" (GB1M5). Os pais batiam por diferentes motivos, como desobediência/mau comportamento da filha (GA: $n=3$, GB1: $n=1$, GB2: $n=2$), estresse/frustrações da mãe (GB1: $n=3$, GB2: $n=2$) e pelo uso de álcool (GB1: $n=2$).

Além da punição física, as participantes também relataram situações que envolviam o uso de agressão psicológica. Esse tipo de agressão se dava por meio de ameaças (GA: $n=1$, GB1: $n=2$, GB2: $n=1$), xingamentos (GB1: $n=2$, GB2: $n=1$), gritos (GB1: $n=2$) e brigas (GA: $n=1$, GB2: $n=1$). Por outro lado, também houve relatos de que os pais conversavam/ensinavam (GB1: $n=1$, GB2: $n=2$) e colocavam de castigo (GB2: $n=2$), indicando situações em que a disciplina não violenta era utilizada. Uma mãe destacou, porém, que o uso do diálogo na educação não era algo comum.

A educação na família de origem e na família atual

‘Semelhanças’. No que diz respeito às semelhanças entre suas práticas educativas e as dos pais/responsáveis, as participantes indicaram principalmente práticas de caráter coercitivo, uso da punição corporal e da agressão psicológica. Quanto ao uso da punição corporal (GA: $n=2$, GB1: $n=1$), no GA foram apontadas semelhanças em relação ao contexto de educação: *“[...] eu crio os meus filhos do jeito que eles [os seus pais] me criaram, entendeu? [...] se ele pegou algo de alguém, eu faço entregar e apanha pra não acostumar”* (GAM22). Para uma participante do GB1, o uso da punição física foi considerado uma herança da mãe: *“[...] eu até acho que eu herdei um pouco dela [...]. Acho que é mais na maneira de bater”* (GB1M6).

O fato de agir como a própria mãe no uso da agressão psicológica foi relatado como algo indesejado em dois grupos (GA: $n=2$, GB2: $n=2$): *“Eu consigo ser parecida com a minha mãe [...]. Eu grito [...]. Queria precisar não gritar, entendeu?”* (GAM4). O uso da agressão psicológica também foi considerado algo que deve ser modificado por uma participante do GB2: *“Uma coisa que [...] eu tenho que corrigir em mim é porque tenho mania de falar alto, né, de ficar gritando”* (GB2M10). Apenas o GB2 citou o estabelecimento de limites por meio do diálogo como uma semelhança com a família de origem. *“Porque quando eles [filhos] querem fazer o que eles querem, eu não deixo. Eu digo: ‘Oh, R. [filho], não é assim. Tem que ser assim’. A minha mãe me criou assim, então a gente vai criar assim”* (GB2M11).

Além das práticas, dois aspectos da educação geral também foram apontados como semelhanças com a família de origem. Esses aspectos diziam respeito aos valores transmitidos (GA: $n=2$, GB1: $n=1$, GB2: $n=1$), como o valor do trabalho, o respeito e a honestidade, e ao fato de a mãe se considerar ‘grossa/durona’ no trato com as crianças, o que remete à rigidez vivenciada (GB1: $n=1$, GB2: $n=1$). Ser grossa como a mãe foi identificado no GB1 como algo negativo: *“Acho que eu herdei um pouco disso dela. Um pouco assim [...] grossa com meus filhos. [...] e às vezes assim de, de [...] de julgar e depois eu ver que eu tava errada”* (GB1M6). O respeito foi o valor passado aos filhos mais enfatizado.

As participantes citaram alguns motivos que as levam a reproduzir as estratégias vivenciadas em suas famílias de origem, independentemente da percepção da violência sofrida. Dentre os motivos, a visão de que tiveram uma boa educação, no que se refere ao resultado alcançado (GA: $n=2$, GB1: $n=2$, GB2: $n=2$). A esse respeito, uma participante do GB2 citou que agir como sua mãe era o correto a ser feito e que, sem isso, não teria educado seus filhos: *“Eu faço, copio da minha mãe porque é o certo. Se eu não passasse o que minha mãe passou pra mim, eu não sei como era meus filhos”* (GB2M11).

Outro motivo alegado foi a busca pelo reconhecimento do filho (GA: $n=1$, GB1: $n=1$). Uma mãe do GA ressaltou que assim os filhos “[...] *vão agradecer mais tarde*” (GAM2); outra participante do GB1 considerou que poderia deixar boas lembranças e ajudar os filhos a se tornarem bons pais: “*Pra eles ter uma boa lembrança minha quando eles crescerem [...]. E quando tiver um filho um dia, saber, lembrar, tentar fazer o melhor, porque eu fiz com eles quando era criança*” (GB1M8). Para o GA, a semelhança também foi considerada algo involuntário: “*E eu não quero parecer com a minha mãe de jeito nenhum, mas às vezes eu pareço*” (GAM4).

‘Diferenças’. As mães identificaram mais diferenças do que similaridades em relação às estratégias empregadas na educação dos filhos. Quanto à punição corporal, não bater nos filhos da mesma maneira como apanhavam, ou mesmo não bater de forma alguma, foram os aspectos mais citados, além do uso do diálogo. Sobre não bater nos filhos, destacado pelo GB1 ($n=1$) e pelo GB2 ($n=2$), as participantes relataram a intencionalidade em agir diferente: “*Eu também nunca fui de bater não. [...]. Que eu não quero criar eles da forma que eu fui criada, né? Por exemplo, que minha mãe me batia muito*” (GB2M10).

As mães do GA ($n=3$), grupo com história de violência contra os filhos, disseram que buscam não bater por qualquer motivo, destacando que não batem nas mesmas situações ou circunstâncias em que apanhavam: “*Só que eu procuro não agredir, não bater nos meninos do jeito que minha mãe me batia [...], eu não bato por qualquer coisa*” (GAM4). Ainda sobre a punição corporal, foi mencionado o não uso de castigos como ajoelhar no milho ou no feijão (GA: $n=1$).

Em relação à aplicação de castigos não físicos, duas situações foram identificadas. De um lado, participantes do GB1 e do GB2 afirmaram que, em vez de bater, usam o castigo de forma mais frequente: “*Hoje em dia, eu lido mais pelo castigo*” (GB2M10). De outro lado, também no GB2, uma mãe relatou que procura não usar muito esse tipo de estratégia: “*A minha mãe mesmo colocava muito de castigo. [...] Hoje eu não faço isso*” (GB2M11).

No que tange às diferenças em relação à disciplina não violenta, o uso do diálogo foi considerado mais frequente em todos os grupos (GA: $n=3$, GB1: $n=2$, GB2: $n=2$), e o de castigos não físicos somente no GB1 ($n=2$) e no GB2 ($n=1$). A respeito das conversas, uma mãe do GA comentou: “*O diferente hoje é que a gente senta, conversa e conversa de novo com o filho, né? [...] Então eu tenho um outro tipo de diálogo que meus pais não teriam [...]*” (GAM3). Outra mãe do GB2, ao mencionar a conversa como forma de disciplina, ressaltou: “*Eu sou totalmente diferente. Se eles [filhos] fizerem alguma coisa que eu não gosto, eu sento e converso com eles*” (GB2M12). Por fim, apenas uma mãe do GA citou a agressão psicológica como mais frequente na família atual do que na de origem.

Além das práticas citadas em contexto de disciplina, as participantes também relataram diferenças em relação à educação em geral. Considerando o histórico de rigidez, algumas afirmaram dar mais liberdade aos filhos (GA: $n=1$, GB1: $n=1$, GB2: $n=1$) e demonstrar interesse e passar mais tempo com as crianças (GB1: $n=1$, GB2: $n=1$), bem como brincar com elas (GB1: $n=1$), o que sugere atenção a aspectos positivos da relação que não se restringem a questões de disciplina. Nesse sentido, uma das mães citou que, ao contrário de sua própria mãe, mostra interesse pelos sentimentos dos filhos, procurando saber se o “[...] *filho tá triste, se ele tá alegre*” (GB1M5). Outra relatou que o fato de brincar com a filha também leva a maior proximidade por parte da criança: “*A minha mãe não brincava, brincadeira não tinha. Lá em casa, não, os meninos brincam comigo*” (GB1M8).

Comparações entre suas próprias características e as características de seus pais também foram feitas. Algumas se consideraram mais rígidas/nervosas (GA: $n=1$, GB2: $n=1$), outras mais pacientes/tolerantes do que eles (GB1: $n=3$, GB2: $n=1$). Entre essas

últimas, uma mãe mencionou ser mais flexível, por exemplo, quando os filhos deixam de cumprir uma tarefa doméstica. E em função do histórico de trabalhos domésticos e dificuldades financeiras nas famílias de origem, participantes do GB1 e do GB2 não permitem que os filhos assumam, hoje, as tarefas da casa (GB1: $n=1$, GB2: $n=1$). Outras mencionaram o desejo de comprar para os filhos coisas que não tiveram, que as condições de sua família não permitiam adquirir (GA: $n=2$, GB1: $n=1$).

A preocupação com a educação dos filhos e a tentativa de buscar incentivar mais os estudos também foram mencionadas como diferenças entre a família de origem e a atual (GB2: $n=2$). E, por fim, a religião foi lembrada por uma participante do GA, que a utiliza para disciplinar o filho em contexto de ameaça: *“Porque eu falo pra ele [filho] ‘oh, se você fizer isso, papai do céu não gosta, papai do céu não ama menino que faz assim, papai do céu não vai preparar o que você está precisando’. [...] Pra eles, então, entender que o que eles estão fazendo é errado, tanto pra mim quanto pra Deus, que é muito pior”* (GAM3).

As diferenças em relação à família de origem foram justificadas com base em fatores externos e internos ao indivíduo. Como fatores externos foram citados: mudanças no contexto social (GA: $n=1$, GB2: $n=1$), palestras sobre educação (GB1: $n=1$), influência do cônjuge (GB2: $n=1$) e mais oportunidades/tempo disponível (GA: $n=1$, GB2: $n=2$). Sobre o contexto social, foi ressaltada a alteração ocorrida em relação à punição física como prática educativa. Uma mãe do GA citou, por exemplo, sua proibição no contexto escolar: *“Hoje em dia, se um professor pegar um aluno e botar [...] de joelho, ele na frente do quadro, na frente de todos os coleguinhas da sala, ela vai pra rua sem direito a nada”* (GAM1). Outra participante do GB1 fez referência ao que aprendeu por meio de palestras: *“Aí a gente vai um pouco que pegando aquela experiência pra gente, né? Pra saber lidar melhor [com os filhos]. E até que eu já experimentei várias coisas assim que eu já vi em televisão, que eu já ouvi em palestras na igreja e dão certo”* (GB1M6).

Fatores relacionados ao contexto da família, envolvendo suas relações e experiências, também foram considerados para justificar as diferenças no modo de educar os filhos em relação à família de origem. A esse respeito, uma mãe do GB2 destacou a influência do cônjuge: *“Porque esse negócio aí de bater, meu esposo já não concorda, né?”* (GB2M10). E outra mãe do mesmo grupo citou ainda que oportunidades e tempo disponível também permitiam que desse mais atenção aos estudos da criança.

No que diz respeito aos fatores internos ao indivíduo, relacionados a sentimentos, emoções e crenças, mães dos três grupos acreditam que agem de forma diferente porque não querem para os filhos o mesmo sofrimento que viveram (GA: $n=1$, GB1: $n=1$, GB2: $n=2$) e porque têm pena da criança (GA: $n=1$, GB2: $n=1$). Fizeram referência à sua experiência: *“Não quero pra eles o que eu já tive [...] porque só eu mesmo sei o que eu passei”* (GB1M7). E lembraram do trauma associado à sua educação: *“Porque eu não quero que meus filhos fiquem com o trauma que eu fiquei da minha mãe. [...] Pela ignorância desnecessária”* (GAM4).

No GB1 e no GB2, as participantes também mencionaram que o comportamento dos pais, em geral, era ineficaz ou inadequado, motivo pelo qual o avaliam negativamente (GB1: $n=2$, GB2: $n=1$): *“Ah, porque a forma que a minha mãe [...] Na verdade, aquilo lá pra mim não foi educação não. Foi só agressão”* (GB1M8). Considerando o relato de punições severas no GB1, uma participante disse agir de forma diferente para evitar lembranças negativas de sua vida, *“[...] devido às mágoas”* (GB1M5).

Finalmente, as mães destacaram que ao agir diferente dos seus pais/responsáveis buscam a felicidade e o amor dos filhos (GA: $n=1$, GB1: $n=1$). Neste caso, uma mãe do GA espera contar com o apoio da criança no futuro: *“Mais tarde, se eu vier a precisar [...] que*

eles possam me acolher e dizer assim ‘minha mãe que fez tudo por mim, que foi a mãezona’”, (GAM3); ao passo que outra do GB1 tem a expectativa de que os filhos tenham boas recordações: *“E pra tentar passar coisas boas pra eles, boas lembranças da infância”* (GB1M8).

Em síntese, considerando os relatos sobre a infância e a adolescência das mães dos três grupos, observou-se que as participantes apontaram mais diferenças do que semelhanças entre sua família de origem e a atual. É possível identificar diferenças na família atual que são decorrentes das dificuldades que as mães enfrentaram na infância, como a ausência de diálogo e a realização de trabalhos domésticos, julgados de forma negativa. O GA foi o grupo que mais identificou semelhanças, todas relacionadas às práticas coercitivas utilizadas. Essas semelhanças também foram vistas de forma negativa, como algo indesejado. Quanto às diferenças, o grupo afirmou que usa mais o diálogo e o castigo e que não bate nos filhos nas mesmas situações que seus responsáveis.

O GB1 apontou poucas semelhanças entre o seu comportamento e o de seus responsáveis. Quanto às práticas, assim como no GA, foi citado apenas o uso de punição física e o fato de a mãe ser grossa/durona, algo considerado negativamente. No tocante às diferenças, o grupo citou o uso de disciplina não violenta e o fato de não bater, além de interações positivas como brincar e demonstrar mais interesse pelos sentimentos do filho. As participantes também se consideraram mais pacientes/tolerantes com as crianças. O GB2, por sua vez, foi o único grupo a mencionar o uso do diálogo como uma semelhança entre a família de origem e a atual, ou seja, a manutenção de práticas não violentas. Além disso, citou o uso de ameaças, vistas, porém, como algo a ser modificado, e o fato de ser grossa/durona, como o GB1. Entre as diferenças indicadas, esse grupo também citou a preocupação em manter interações mais positivas com as crianças, buscando passar mais tempo com o filho.

Discussão

Os relatos sobre a educação na família de origem reforçam a importância da experiência prévia, dos modelos aos quais as mães foram expostas e da transmissão de práticas entre gerações para a continuidade ou mudança em relação ao uso da punição física e aos casos de violência na família. Os resultados apontam para o papel da percepção sobre a violência, que é tão relevante quanto a própria experiência na família de origem (Milner et al., 2010). Isto significa que, mesmo tendo sofrido punições severas na família de origem, como ocorreu com os grupos GA e GB1, aquelas que percebem a experiência como menos grave podem ter mais chances de reproduzir essas práticas.

Ao destacar as diferenças, as mães julgaram sua experiência na família de origem de forma negativa. Além disso, mostraram empatia com a situação da criança, ao relatarem que se colocam no lugar dos filhos, não desejando a eles as mesmas experiências que lhes trouxeram sofrimento. Para Davis (1999), a sensação dos genitores de que seus pais/responsáveis foram longe demais em suas práticas educativas pode contribuir para que eles considerem sua biografia como uma razão para não bater nos filhos, ou, como no caso do GB1, para não fazer da mesma maneira que seus pais.

Embora o GB1 tenha relatado punir os filhos fisicamente, as mães disseram fazê-lo com menor frequência e intensidade do que as suas mães/responsáveis. Neste grupo, as recordações sobre o próprio sofrimento não foram suficientes para o abandono do uso da força física na educação dos filhos; porém, podem ter favorecido o posicionamento contra a severidade da punição, bem como o reconhecimento de seus prejuízos. Além disso, a

percepção de sua própria educação e a presença de uma figura de apoio podem ter atuado como fatores de proteção para a não perpetuação da violência contra os filhos no GB1, como apontam Conger et al. (2013) e Rosa, Haack e Falcke (2015).

Ademais, como sugerem Bérghamo e Bazon (2011), a capacidade de perceber a gravidade da violência também pode atuar como um fator de proteção importante para que as mesmas práticas não sejam reproduzidas. Experiências mais severas que resultem em ferimentos estariam, então, associadas a uma postura menos favorável à punição física, o que pode ocorrer em virtude do sofrimento que a experiência evoca (Gagné et al., 2007). Assim, a gravidade das agressões sofridas pode ter levado à identificação dos riscos da prática, como ocorreu com uma mãe do GB1. Como sugerem Straus, Douglas e Medeiros (2014, p. 51), “[...] uma vez que as punições se tornam muito frequentes e severas, a sua aprovação começa a diminuir”.

O fato de as mães do GB1 terem mencionado uma figura de suporte durante sua infância e adolescência, alguém que assumiu o papel de protegê-las de agressões, alerta sobre o quanto a existência de uma fonte de apoio nos casos denunciados pode exercer um papel mediador na relação entre o histórico de violência na família de origem e na atual (Conger et al., 2013; Kim & Maguire-Jack, 2014; Milner et al., 2010). Assim, o apoio percebido (e recebido) pelas mães do grupo pode ter sido um dos fatores que contribuiu para mudanças no ciclo da violência intrafamiliar no GB1.

Ainda que a punição corporal e a agressão psicológica tenham feito parte da educação de quase todas as mães, nota-se que a disciplina não violenta foi mais citada entre as mães do GB2. Ou seja, comparativamente às outras práticas, modelos de educação que prescindiram do uso da força física foram mais destacados por essas mães em relação a outras formas de educar, o que reforça a ideia de que a experiência com alternativas ao uso da punição física contribui para o uso de práticas mais positivas (Romano, Bell, & Norian, 2013; Rosa et al., 2015).

Por outro lado, a falta de modelos adequados para o GA pode ajudar a entender a recorrência ao uso da força para resolver conflitos com os filhos. Uma das mães relatou, por exemplo, que é preciso bater na criança quando ela contraria uma ordem para desligar a televisão, o que denota o uso de estratégias punitivas sem mesmo lançar mão de formas não violentas de disciplina (Straus et al., 2014). O fato de as mães do GA afirmarem que conversam mais com seus filhos do que seus pais/responsáveis faziam na sua infância sinaliza uma mudança, mas não implica, necessariamente, a resolução de conflitos na família de forma não violenta. As conversas podem conter agressões psicológicas, mantendo o caráter coercitivo das interações, ainda que involuntariamente, como destacou uma participante.

Falcke e Wagner (2005) sugerem que, embora haja evidências de que as experiências prévias na família de origem estejam presentes na vida das pessoas, poucos indivíduos estão conscientes de como essas vivências interferem em seu comportamento. A perpetuação de determinadas práticas ao longo de gerações frequentemente acontece de forma não consciente, e as pessoas se surpreendem quando percebem que estão agindo da mesma maneira que seus pais. Este também parece ser o caso nos três grupos deste estudo que, apesar de avaliarem negativamente algumas práticas de suas mães/responsáveis, reconheceram a repetição indesejada desses comportamentos na família atual, o que também foi identificado por Rosa et al. (2015).

Assim, romper com o ciclo de violência e fazer diferente do que aprendeu em sua infância pode exigir mais do que reconhecer a influência de modelos passados por seus responsáveis. O uso da força e da violência física faz parte de um contexto em que as

relações são mais rígidas e menos afetuosas, em que a coerção é uma constante. A severidade em relação ao uso da força física e a frequência com que as participantes foram submetidas a essa prática provavelmente influenciaram a sua forma de perceber a punição física, contribuindo para o uso e aceitação dessa estratégia em sua família atual. Porém, relatos do GB1 sugerem que experiências muito violentas e frequentes poderiam levar a uma avaliação negativa da educação na família de origem e menor aceitação da punição e da violência. Esses achados, no entanto, apresentam limitações. Há que se considerar o contexto socioeconômico das participantes, que provinham de uma situação de pobreza e com acesso mais restrito a recursos de apoio à família. Também convém citar que o suporte na infância e a percepção desse apoio não foram sistematicamente investigados, o que merece atenção em estudos futuros.

Considerações finais

Considera-se que as questões suscitadas neste estudo têm implicações relevantes para programas de educação direcionados a famílias em situação de violência. Os resultados sinalizam a importância de levar em conta não somente a experiência com a violência, mas, sobretudo, a percepção de cada indivíduo a respeito da educação em suas famílias de origem, tanto em relação à punição física quanto em relação à educação de forma mais ampla. É preciso ainda conhecer as crenças e os valores dos pais, as oportunidades para manutenção de interações positivas com os filhos e o acesso a outros modelos de educação.

Também é necessário abordar a percepção da criança vitimada quanto às práticas de seus responsáveis e identificar uma figura de suporte, seja entre pessoas da família, da comunidade ou entre profissionais dos serviços de assistência, quando for o caso. A presença de uma figura de apoio não somente pode prover modelos considerados mais adequados, mas também aumentar a probabilidade de um desenvolvimento emocional mais saudável.

Oferecer alternativas para os pais lidarem com os filhos de forma diferente de seus próprios pais/responsáveis, quando em situação de violência, deve ser outro alvo de intervenções com famílias. Não se trata apenas de abordar alternativas ao uso da força, mas também de identificar e promover as características das interações que favoreçam o desenvolvimento de relações saudáveis entre pais e filhos, como diálogos construtivos, brincadeiras ou outras formas de interação positivas, além de estratégias de manejo do comportamento da criança (Santini & Williams, 2016). Enfocar interações positivas é especialmente relevante quando se leva em consideração que pais com histórico de violência percebem situações de conflito com os filhos de forma mais frequente, muitas vezes como algo diário (De Antoni & Koller, 2012), além de apresentarem mais dificuldade para reconhecer emoções positivas (Young & Widom, 2014). Além disso, intervenções são importantes para ajudar os pais a evocar emoções associadas ao trauma, como fizeram algumas mães deste estudo ao registrarem sua experiência (Lafortune & Gilbert, 2016).

Os profissionais também precisam sensibilizar os pais para prejuízos e riscos relacionados à violência. A utilização de práticas não punitivas e a promoção de um ambiente de suporte e afeto, que parece ser a principal mensagem das intervenções (Romano et al., 2013), devem ser planejadas e implementadas junto com as famílias. Esses autores sugerem que apresentar informações sobre a punição física é essencial para a mudança de crenças em relação ao direito dos pais de usá-la, amparando-se na sua

experiência. Portanto, para abordar o tema da punição física e da violência, é importante que os profissionais tenham como base a percepção dos pais sobre suas próprias experiências e a apresentação de alternativas que possam ser testadas pela família, assegurado o suporte profissional durante esse processo.

Por fim, sugere-se que estudos futuros construam e validem instrumentos cujo objetivo seja o de avaliar a frequência e a severidade da violência sofrida e a percepção do indivíduo a respeito das situações vivenciadas. Na busca por instrumentos mais sensíveis para compreender a transgeracionalidade da violência física, ênfase deve ser dada à percepção dos pais e cuidadores sobre suas experiências. Considerando que o impacto de experiências adversas na família de origem é maior em homens do que em mulheres (Madalena, Carvalho, & Falcke, 2018), também é preciso estimular pesquisas que investiguem os fatores e os mecanismos relacionados ao gênero, a fim de compreendermos melhor este fenômeno.

Referências

- Bérgamo, L. P. D., & Bazon, M. R. (2011). Experiências infantis e risco de abuso físico: mecanismos envolvidos na repetição da violência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2, 710-719.
- Berlin, L. J., Appleyard, K., & Dodge, K. A. (2011). Intergenerational continuity in child maltreatment: Mediating mechanisms and implications for prevention. *Child Development*, 82, 162-176.
- Capaldi, D. M., Pears, K. C., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31, 127-142.
- Clément, M., & Chamberland, C. (2009). The role of parental stress, mother's childhood abuse and perceived consequences of violence in predicting attitudes and attribution in favor of corporal punishment. *Journal of Child and Family Studies*, 18, 163-171.
- Conger, R. D., Schofield, T. J., Neppl, T. K., & Merrick, M. T. (2013). Disrupting intergenerational continuity in harsh and abusive parenting: The importance of a nurturing relationship with a romantic partner. *Journal of Adolescent Health*, 53, S11-17.
- Crouch, J. L., Shelton, R. C., Bardeen, J. R., Hiraoka, R., Milner, J. S., & Skowronski, J. J. (2012). Does attentional control mediate the association between adverse early experiences and child physical abuse risk? *Journal of Family Violence*, 27, 97-103.
- Davis, P. W. (1999). Corporal punishment cessation: social contexts and parents' experiences. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 492-510.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2012). Perfil da violência em famílias com história de abuso físico. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (p. 43-54). Porto Alegre, RS: Artmed.

- Dessen, M. A. (2009). Questionário de caracterização do sistema familiar. In L. Weber & M. A. Dessen (Eds.), *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (p. 106-114). Curitiba, PR: Juruá.
- Dottan, R. F., & Harel, G. (2014). Parents' potential for child abuse: an intergenerational perspective. *Journal of Family Violence*, 29, 397-408.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade. In A. Wagner (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (p. 25-46). Porto Alegre, RS:EDPUCRS.
- Fuchs, A., Mohler, E., Resch, F., & Kaess, M. (2015). Impact of a maternal history of childhood abuse on the development of mother-infant interaction during the first year of life. *Child Abuse and Neglect*, 48, 179-189.
- Gagné, M., Tourigny, M., Joly, J., & Pouliot-Lapointe, J. (2007). Predictors of adult attitudes toward corporal punishment of children. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 1284-1304.
- Gold, F. et al. (2014). The effects of child abuse and neglect on cognitive functioning in adulthood. *Journal of Psychiatric Research*, 46, 500-506.
- Jaffee, S. R. et al. (2013). Safe, stable, nurturing relationships break the intergenerational cycle of abuse: A prospective nationally representative cohort of children in the United Kingdom. *Journal of Adolescent Health*, 53, S4-S10.
- Kim, B., & Maguire-Jack, K. (2014). Community interaction and child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 41, 146-157.
- Lafortune, D., & Gilbert, S. (2016). Analyse critique de la littérature sur les enjeux de l'intervention auprès des parents à risque de maltraitance: cibler le facteur générationnel? *Pratiques psychologiques*, 22, 105-123.
- Madalena, M., Carvalho, L. F., & Falcke, D. (2018). Intimate partner violence: the predictive power of experiences in the family of origin and of personality disorder traits. *Temas em Psicologia*, 26, 93-109. Doi: 10.9788/TP2018.1-04En
- Margolin, G., Ramos, M. C., Timmons, A. C., Miller, K. F., & Han, S. C. (2016). Intergenerational transmission of aggression: physiological regulatory processes. *Child Development Perspectives*, 10, 15-21.
- Marin, A. H. et al. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29, 123-132.
- Milner, J. S. et al. (2010). Do trauma symptoms mediate the relationship between childhood physical abuse and adult child abuse risk? *Child Abuse & Neglect*, 34, 332-344.
- Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2003). Adaptação transcultural do instrumento "Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC)" utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 109-118.

- Rodriguez, C. M., & Price, B. L. (2004). Attributions and discipline history as predictors of child abuse potential and future discipline practices. *Child Abuse & Neglect*, 28, 845-861.
- Romano, E., Bell, T., & Norian, R. (2013). Corporal punishment: examining attitudes toward the law and factors influencing attitude change. *Journal of Family Violence*, 28, 265-275.
- Romero-Martínez, A., Figueiredo, B., & Moya-Albiol, L. (2014). Childhood history of abuse and child abuse potential: The role of parent's gender and timing of childhood abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38, 510-516.
- Rosa, L. W., Haack, K. R., & Falcke, D. (2015). Rompendo o ciclo de violência na família: concepções de mães que não reproduzem o abuso sofrido na infância com seus filhos. *Revista de Psicologia da IMED*, 7, 26-36.
- Santini, P. M., & Williams, L. C. A. (2016). Parenting programs to prevent corporal punishment: A systematic review. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26, 121-129.
- Straus, M. A., Douglas, E. M., & Medeiros, R. A. (2014). *The primordial violence: Spanking children, psychological development, violence and crime*. New York, NY: Routledge.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Finkelhor, D., Moore, D. W., & Runyan, D. (1998). Identification of child maltreatment with the Parent-Child Conflict Tactics Scales: development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse and Neglect*, 22, 249-270.
- Thornberry, T. P. et al. (2013). Breaking the cycle of maltreatment: The role of safe, stable, and nurturing relationships. *Journal of Adolescent Health*, 53, S25-S31.
- Young, J. C., & Widom, C. S. (2014). Long-term effects of child abuse and neglect one motion processing in adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 38, 1369-1381.

Recebido em 29/04/2018
Aceito em 29/01/2019

Ana Carolina Villas Boas: Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, pela Unesp - Bauru e Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, pela UnB; especialista em Psicologia Clínica, pela USP. É analista em Ciência e Tecnologia da Capes, onde trabalha no apoio a programas de inovação e pesquisa em educação. Áreas de pesquisa: relações parentais, práticas educativas e violência física contra a criança.

Maria Auxiliadora Dessen: Doutora em Psicologia Experimental, pela Universidade de São Paulo, Pós-doutora em Psicologia do Desenvolvimento e da Família, pela Universidade de Lancaster, Inglaterra, e pelo Instituto Max Planck para o Desenvolvimento Humano e Educação, Alemanha. É Professora-colaboradora do Programa de Pós-graduação em 'Família na Sociedade Contemporânea' da Universidade Católica do Salvador-UCSal, Bahia, e professora aposentada da Universidade de Brasília-UnB. Áreas de pesquisa: Processos familiares e de desenvolvimento humano, com ênfase nas relações parentais em famílias com crianças e adolescentes.